

Luta do Triângulo não pára na Constituinte

BRASÍLIA — Se a Constituinte não aprovar a convocação, 120 dias após a promulgação da Constituição, de plebiscito para decidir sobre a transformação do Triângulo Mineiro em estado, os parlamentares da região apresentarão projeto de lei no Congresso, marcando a consulta popular. Se forem derrotados mais uma vez, impetrarão mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal, com base no parágrafo 3º do artigo 19 do texto constitucional já aprovado.

Esse dispositivo assegura à população diretamente interessada o direito de manifestar-se, através de plebiscito, sobre seu desejo de formar um novo estado. "Acho que vamos ganhar agora no plenário", diz o deputado Chico Humberto (PDT), um dos principais defensores da causa do estado do Triângulo. "Mas se isso não ocorrer, não há problema: o Triângulo é uma questão de tempo. Se não sair agora, sai em menos de cinco anos."

Até o governador Newton Cardoso lançar a ofensiva contra a divisão de Minas Gerais, com a organização de caravanas de políticos ao estado e a veiculação de mensagens publicitárias pelos jornais e pela televisão, os triangulinos estavam confiantes na vitória no plenário. Pelos seus prognósticos, conseguiriam 342 votos, 62 a mais do que o necessário para aprovar a emenda do plebiscito. Agora, em conversas reservadas, admitem que perderam o apoio de alguns constituintes. Como o comparecimento ao plenário tende a ser pequeno daqui em diante, será difícil reunir 280 votos.

Choldra — "A pressão está muito grande", afirma Humberto. No mercado persa em que se transformou a votação das Disposições Transitórias, os deputados mais ligados ao Palácio da Liberdade condicionam o apoio da nume-

rosa bancada mineira a emendas que favorecem a criação de outros estados à rejeição da proposta que separa o Triângulo.

Os parlamentares que defendem o desmembramento de Minas queixam-se de outro tipo de pressão: telefonemas de insultos e ameaças que recebem em casa, no meio da madrugada. Em Belo Horizonte, os jornais acusam os parlamentares triangulinos "pusilânimes e oportunistas" e de criarem uma "choldra".

"Tive de ir ao dicionário saber o que era isso", confessa Humberto, que encontrou no *Aurélio* explicação: choldra quer dizer "confusão de gente ordinária". Com os ânimos exaltados, mineiros e triangulinos cabalam votos e discutem, no plenário; às vezes partem para a briga, como ocorreu anteontem, quando Chico Humberto e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) trocaram tapas.

Desde 1875 — Apesar disso, é o próprio Humberto quem diz: "Não temos nada contra Minas. Apenas queremos a emancipação do Triângulo." A região é uma das mais ricas do estado — grande produtora de soja, café, trigo, milho, e com pecuária muito desenvolvida — e ocupa quase 23% do território mineiro, com uma população aproximada de 2 milhões de habitantes.

Ligado a Minas desde 1816, o Triângulo pertenceu antes a São Paulo e Goiás e desde 1875 luta pela autonomia. "Esse é o nosso 11º movimento — e o mais forte de todos", diz Humberto. A proposta de criação do novo estado atualmente é apoiada por todas as câmaras de vereadores da região e a emenda popular apresentada à Constituinte recebeu a assinatura de 202 mil triangulinos — praticamente um quarto dos eleitores. "É impossível segurar o estado do Triângulo por muito tempo", conclui Humberto.

Queijo e doce garantem voto

BELO HORIZONTE — A deputada Tutu Quadros (PTB-SP) votará a favor da criação do estado do Triângulo Mineiro porque há mais de um ano o deputado Chico Humberto (PDT-MG) a presentearia regularmente com um queijo e uma lata de doce de leite. O deputado Onofre Correa (PMDB-MA) ficará contra a separação porque o governador Newton Cardoso readmitiu sua irmã como professora estadual em Minas Gerais, depois de ela ter passado três anos no Maranhão.

Esses são dois entre os variados critérios que estão definindo votos de constituintes sobre a polêmica questão da divisão de Minas. Os *lobbies* dos dois lados oferecem desde viagens de fim de semana a constituintes e suas famílias ao Triângulo (caso dos separatistas) e a Ouro Preto e Belo Horizonte (caso dos que são

contra a emancipação), até um banquete à moda mineira que está sendo preparado para o dia 15, em Brasília, pelo Movimento Cívico pela Unidade de Minas, para o qual serão convidados todos os constituintes.

O deputado Marcos Lima (PMDB-MG) apresentou na Assembléia Legislativa de Minas, durante sessão especial contra a divisão do estado, os resultados de pesquisa mostrando que o fretamento de aviões e o patrocínio de passeios de deputados no estado nas últimas semanas já revertou os votos de 73 constituintes que, em maio, eram a favor da separação ou estavam indecisos.

"Ficaram apenas, dentre 353 constituintes que estavam contra ou indecisos, 280, o que não dá aos separatistas garantias de aprovação de sua emenda", disse.

Manobra da Mesa evitou anistia sem negociação

Rogério Coelho Neto

O presidente nacional do PDS, senador Jarbas Passarinho, e o deputado José Geraldo Ribeiro, um pemedebista mineiro que vem negociando, em nome do *Centrão*, as questões mais polêmicas da Constituinte, conseguiram evitar, na quinta-feira passada, a discussão e a votação da anistia — tema considerado explosivo pelas Forças Armadas —, sem uma negociação prévia.

A questão da anistia sucede a do mandato do presidente José Sarney, na sequência da votação dos artigos que vão compor o Ato das Disposições Transitórias da nova Constituição. O receio de Passarinho era de que a Constituinte votasse a favor de um princípio de anistia que viesse a ser mal interpretado pelos militares. Nesse caso, disse o presidente nacional do PDS ao deputado José Geraldo Ribeiro, "o país acabaria mergulhado em um sério confronto entre os líderes das Forças Armadas e os políticos". O deputado de Minas explicou o caso a Ulysses que, por sua conta e risco, suspendeu a sessão que poderia se tornar amarga.

O combinado entre José Geraldo e Ulysses era que o líder do governo, Carlos Sant'Anna, pediria a suspensão da sessão. José Geraldo, depois da conversa com Passarinho, reuniu-se com os líderes Mário Covas (PMDB), José Lourenço (PFL), Amaral Netto (PDS) e Sant'Anna. Disse a todos eles que era importante, naquele instante, fugir de um confronto desnecessário com os militares.

Para suspender a sessão, Ulysses aproveitou-se da euforia que dominava o plenário, vencida a etapa da fixação do mandato do presidente Sarney. Desolada, pela derrota da tese da realização da eleição presidencial este ano, a esquerda não percebeu a manobra. Já o *Centrão* alcançava, com o gesto de Ulysses, aquilo que desejava.

Ontem, a negociação em torno da questão da anistia começou. Representantes do *Centrão*, do PMDB, do PFL e do PDT começaram a avaliar toda a extensão do problema.

Os militares cassados consideraram absurda a avaliação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que, se todos eles fossem reintegrados, o Exército teria três mil novos generais. "Não sei de onde ele tirou esse número", disse o capitão-de-fragata Paulo Henrique Ferro Costa, um dos líderes dos militares cassados. "Apenas 248 oficiais do Exército foram cassados, e a maioria deles voltaria como tenente-coronel ou coronel". Ferro Costa desmentiu também que, com o pagamento dos vencimentos atrasados, cada oficial punido vá ganhar o equivalente ao prêmio que a Loto paga pela quina. "Os cassados receberiam uma soma igual a 60 vencimentos. No meu caso, que ganho Cz\$ 174 mil, seriam cerca de Cz\$ 10 milhões".